

## Emerj oferece reciclagem sobre Direito Eleitoral



Foto: ASCOM TRE-RJ

De 28 de abril a 26 de maio, a Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) reuniu magistrados e servidores para uma atualização em Direito Eleitoral. Coordenado pelo juiz Luiz Marcio Pereira, o curso ofereceu cinco módulos sobre “Pressupostos Constitucionais

do Direito Eleitoral”, com o promotor de justiça Edson de Resende Castro, “Propaganda Partidária, Eleitoral e Institucional”, com o juiz Luiz Marcio Pereira, “Minirreforma Política, Arrecadação e Doações Irregulares”, com o promotor Rodrigo Lopez Zílio, “As Infrações Eleitorais e suas Conse-

quências”, com a procuradora regional da República Silvana Batini, e “Direito Eleitoral Penal”, com o promotor Rodrigo Molinaro.

O curso procurou trazer a visão ampla, constitucional, mas também destacou temas como a propaganda e a aplicabilidade da minirreforma da Lei 12.891/13, as infrações e os crimes eleitorais. “São temas mais próximos dos juízes eleitorais de primeiro grau neste ano de eleições gerais”, explica o coordenador Luiz Marcio Pereira. O credenciamento da Escola Nacional de Formação dos Magistrados, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi ainda um atrativo a mais para o curso. “Isso é muito importante para os magistrados”, lembra o juiz. “Eles se atualizam e também obtêm as horas que devem cumprir todos os anos para promoções e remoções por merecimento”, explica. ■

## Escola Judiciária Eleitoral promove seminário

Estudantes, magistrados e operadores do direito lotaram o auditório da sala de julgamentos do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro na manhã do dia 8 de maio para assistir ao Seminário de Registro de Candidaturas, o primeiro de uma série de debates sobre Direito Eleitoral, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro (EJE-RJ), o encontro foi mediado pelo desembargador federal André Fontes, diretor da EJE-RJ, e teve como palestrantes o corregedor regional eleitoral, juiz Alexandre Mesquita, o procurador regional eleitoral, Paulo Roberto Berénger, e o jornalista Maurício Duarte.

A palestra do corregedor regional eleitoral, juiz Alexandre Mesquita, abordou a minirreforma eleitoral e o impacto direto nas eleições deste ano. Em seguida, o procurador regional eleitoral, Paulo Roberto Berénger, fez uma exposição teórica sobre as etapas do processo de registro. Por último, o assistente de relacionamento jornalístico institucional do TRE-RJ, jornalista Maurício Duarte, apresen-



Foto: Acervo da EJE-RJ

tou um panorama das questões levantadas pela imprensa sobre a legitimidade das candidaturas. “O formato dos seminários é interdisciplinar, para estimular a reflexão”, explicou, ao final do encontro, o diretor da EJE-RJ, desembargador André Fontes. ■

# Ambientação para registro de candidatura



Ilustração: Julio Lima (EJE)

Fotos: ASCOM TRE-RJ



A chefe da SECORP, Sônia de Sousa, orienta a equipe que enfrentará o grande desafio do registro de candidatura de 2014.

de nome ou CEP, suficientes para provocar divergência no momento de batimento de informações com outros documentos ou bancos de dados, durante o processamento pelo sistema.

Outro ponto destacado diz respeito à conferência de nomes presentes nas listas de gestores que tiveram contas desaprovadas nos últimos oito anos, enviadas pelos tribunais de contas da União, estado e município. “Infelizmente, essa análise só pode ser feita no momento do registro. Embora tenhamos a relação dos nomes escolhidos em convenção, mudanças de candidatos podem acontecer na última

**O** TRE-RJ iniciou, no dia 26 de junho, o treinamento dos servidores que vão atuar no registro de candidatura neste ano. “Estimamos receber de 3 a 3,5 mil requerimentos, a maioria no último dia, 5 de julho, e na véspera”, alertou a chefe da Seção de Controle e Registros Partidários, Sônia de Sousa. O curso tratou da análise de documentos e da inserção de dados no sistema de registro, o Cand. Os servidores trabalharão do dia 30 de junho até 8 de agosto, inclusive, em plantões de fins de semana. Nesse mesmo período, o Tribunal também contará com o reforço de requisitados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Federal da 2ª Região e Tribunal de Contas do Estado.

Sônia de Sousa apontou os erros mais frequentes durante o processamento das informações recebidas. Ela chamou atenção para certidões de quitação e crime eleitorais de candidatos que regularizaram a situação após o fechamento do cadastro, em abril. “Esses candidatos apresentarão certidões circunstanciadas. Porém, como os dados do sistema de candidatura foram importados automaticamente a partir do banco de dados do cadastro eleitoral, continuarão constando como irregulares, o que será preciso corrigir”, alertou. Também foram apontados erros de preenchimento, como

hora”, disse Sônia. Duplicidade de registros também são casos que geram problemas. Sônia finalizou reiterando a necessidade de conciliar celeridade e precisão. “Até 10 de julho, deverão estar publicados os registros em edital. Quanto aos deferimentos, conforme experiências passadas, estima-se que na primeira análise dos processos, antes das intimações, quase 50% dos requerimentos apresentem alguma inconsistência”. ■



No último dia de prazo para registro, o setor recebeu quase 3 mil requerimentos.